

Universidade de Brasília

A heráldica do poder

Símbolos e significados no escudo de D. Afonso Henriques

Matheus Silveira Furtado

Brasília - Junho de 2014

Matheus Silveira Furtado – 10/0116035

A heráldica do poder

Símbolos e significados no escudo de D. Afonso Henriques

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado/bacharel em História, sob orientação da Professora Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.

Banca realizada no dia 24 de junho de 2014.

Estavam presentes os Professores: Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro, Dr. Celso Fonseca e o M<sup>e</sup> Thiago Borges.

Brasília 2014

**Resumo:**

A heráldica criada para o primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques é, ao mesmo tempo, a marca de sua linha dinástica e do reino e nação que se consolidaram mais tarde. As representações das imagens impressas em seu escudo eram não apenas uma narrativa da batalha e mito de Ourique, mas são também instrumentos para o entendimento da mentalidade daqueles que decidiram se associar a ele. A ligação simbólica entre Afonso Henriques e as dinastias posteriores a ele permanece no uso de sua imagem. Ele foi o pai da independência, o líder nato dos cavaleiros que o acompanhavam e o modelo de guerreiro cruzado em toda a península ibérica medieval. E os símbolos escolhidos para traduzir essa ideia foram seus escudetes, que sobreviveram ao tempo. Eles ainda estão impressos sobre a bandeira de Portugal, remetendo ao primeiro rei e um dos primeiros sentimentos de identidade na Europa.

**Palavras chave:** heráldica, poder, discursos legitimadores e imagem.

**Abstract:**

The heraldry created for Portugal's first king, Afonso Henriques, is, at the same time, the mark of his dynastic line and of the kingdom and nation that took place later on. The representations of the images printed on the shield were not only a narrative of the Ourique battle and myth, but also are instruments for understanding the mentality of those who decided to associate with him. The symbolic link between Afonso Henriques and the dynasties after him rest in the use of his image. He was the father of the independence, the nature born leader of the knights around him, and the model for the crusade warrior, through all the medieval Iberian peninsula. And the symbols chosen to translate that idea were his escutcheons, that survived the time. They are still represented in Portugal's national flag, remembering the first king and one of the first ever growing sentiments of identity in Europe.

**Key-words:** Heraldry, power, image and legitimating speech.

## Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro, não apenas por me introduzir no âmbito acadêmico, mas também por ter aceitado orientar-me neste trabalho.

Em segundo lugar agradeço aos Professores: Eloísa Barroso, Maria de Lurdes Rosa, André Leme Lopes e Cristina Castilho da Silveira não apenas pelo auxílio e colaborações para esse trabalho, como também por serem os meus exemplos como acadêmicos e como professores.

E, por fim, mas não menos importantes, agradeço: aos amigos (Philippe Bastos, Nayla Palhares, Sílvia de Alencar, Tamara Neil, André Ancona Lopez e Clarice Machado) que me ajudaram a pensar novas propostas para a pesquisa e a “desemperrar” a minha escrita nos momentos de crise; e a minha família, sem a qual jamais teria conseguido realizar esse trabalho.

## Índice

Introdução	06
Capítulo 1 – O escudo de D. Afonso Henriques	11
Capítulo 2 – A heráldica do poder: continuidades	27
Considerações finais	38
Fontes primárias e bibliografia	40

## Introdução

O escudo de Don Afonso Henriques possui variadas interpretações que, durante o passar do tempo, foram revisitadas e transformadas. O brasão (impresso no escudo) do primeiro monarca português narra, a partir da perspectiva lusitana, a Batalha de Ourique. Até mais do que isso, demonstra-nos, por meio da imagem, o vitorioso e mítico desempenho de Afonso Henriques e seus cavaleiros nesse combate. Os acontecimentos ali representados se repetiriam em reproduções e seriam debatidos pela historiografia portuguesa como fatos esclarecidos/verdadeiros ou não. A longa duração da representação encontra-se presente na bandeira de Portugal até hoje, tendo se tornado símbolos do Estado e da nação portuguesa.

Enquanto fonte iconográfica sua íntima relação com os acontecimentos da Batalha de Ourique, faz do escudo uma estrutura narrativa do fato. Ourique definiu não somente o destino daquela região, mas também o do próprio protagonista. O combate marcou de tal forma a vida de Afonso Henriques que é dele que sua história ganhou força em praticamente toda crônica, e também é a partir dele que passou do status de Infante para ser aclamado, pelos cavaleiros que ali o acompanhavam, como um legítimo Rei, inserido no contexto de afirmação a partir do ideal guerreiro.

Ao analisarmos o brasão das armas de D. Afonso Henriques percebemos não somente os símbolos visíveis, marcados no escudo, - essencialmente estimulantes dos sentidos mais básicos da percepção humana<sup>1</sup> -, mas também os significados implícitos nesses mesmos elementos. Os elementos figurativos selecionados para a caracterização da representação do monarca e da batalha; dos valores inerentes à figura de Afonso Henriques quando foi para o combate.

O escudo e suas futuras representações e adaptações são ressonância e reminiscência. Os aspectos que influenciam a tradução dos sentimentos tanto contemporâneos quanto posteriores aos acontecimentos vinculados ao primeiro rei português. Expressam pertencimento e foram analisados como formas de identificação apologéticas sejam elas imagéticas ou literárias. A representação pictórica do escudo e as crônicas que abordam o tema apontam para o emergente nacionalismo portugalense. As lutas pela independência são consequência do processo desse sentimento de diferenciação e de identificação com o então infante que se torna rei.

---

<sup>1</sup> PANOFISKY, Erwin. *Significados nas Artes Visuais*. 1991. Perspectiva. pag. 15-18

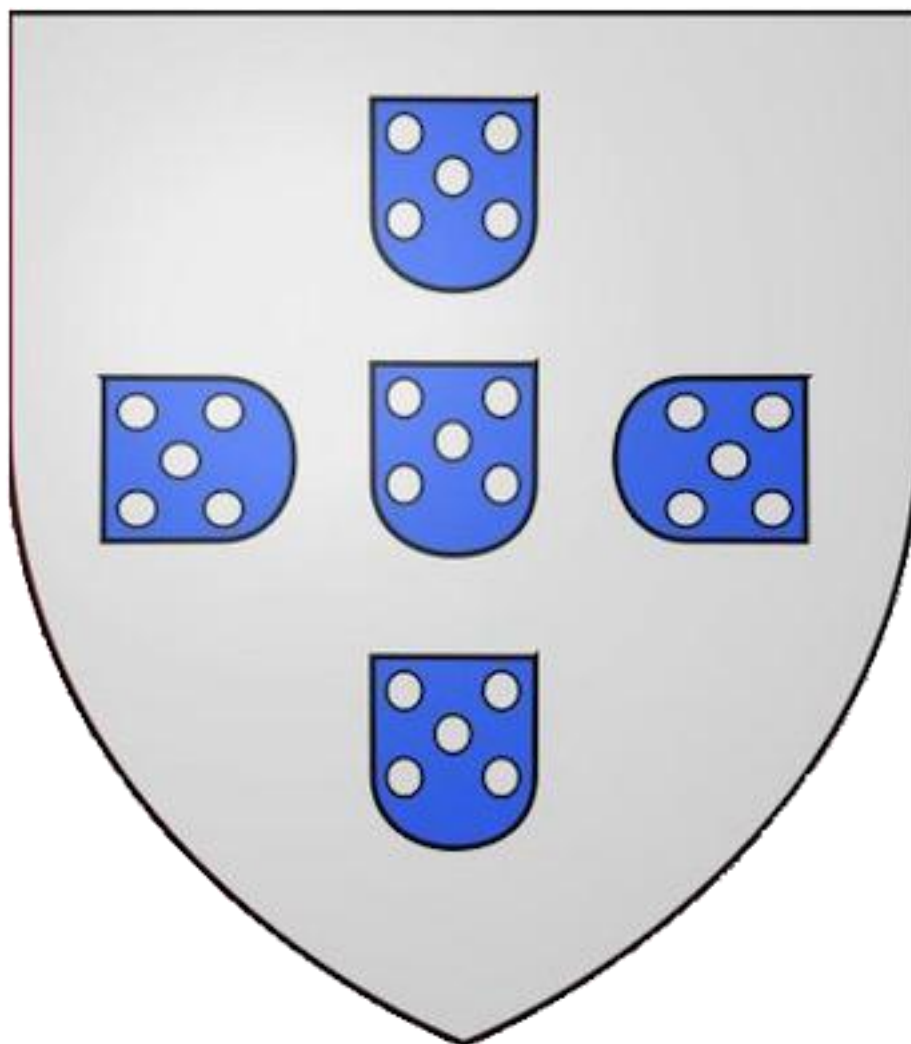
As crônicas e as narrativas imagéticas representam assim, uma das muitas formas de construção do discurso do poder, que não nasceu na Idade Média. Tratam-se de apropriações que vieram da antiguidade, em particular da antiguidade romana. As imagens apelativas do imaginário português são formas que compõem uma parte ativa do exercício do poder. Diferentemente do cetro e do manto, muito utilizados como atributos da expressão do poder régio atrelado a monarcas, o escudo de Afonso Henriques ultrapassou seu próprio contexto histórico. Tornou-se um símbolo para a nação portuguesa. Presente em grande parte dos escudos, bandeiras e brasões das grandes famílias de Portugal; em tronos, catedrais e capelas; livros de horas, iniciais de textos manuelinos, adornos entalhados, tapeçarias<sup>2</sup>. Enfim, nos mais variados objetos que fazem alusão ao reino de Portugal.

Toda via, há grande controvérsia (debate historiográfico) sobre a aparência e até existência do escudo. Muito embora existam historiadores portugueses que defendam sua existência, enquanto objeto, é polêmica<sup>3</sup> gerando uma diversidade de argumentos, estudos e casos. Várias características do escudo provocam dúvidas como, por exemplo, o fato de não haver consenso sobre a data de criação do escudo, do brasão e do selo de Afonso Henriques. Certas fontes consideram o ano em que se deu a batalha de Ourique (1139), outras afirmam foi, no mínimo, de dois ou três anos após a data de independência, outras, após o tratado de Zamora. Há, também, uma ausência de consenso sobre a forma do escudo de Afonso Henriques. Por isso, optamos por aquele que ainda permanece no imaginário português sobre o seu primeiro *Rex* (aclamado) e a que coube a independência do Condado Portucalense. Os cinco escudetes azuis, postos em forma de cruz sobre fundo claro (branco ou prateado), conforme figura a seguir.

---

<sup>2</sup> Surge no hall de representação dos objetos lusitanos uma expressiva variedade de objetos. Havendo utensílios práticos, escritos eruditos, partes de tesouros ou produtos de uso comum no dia-a-dia.

<sup>3</sup> Acerca do profundo debate historiográfico que permeia a questão entre representação e acontecimento.



Escudo geralmente associado a Sancho I<sup>4</sup> em 1185. Mostra os símbolos da Batalha de Ourique descritos tanto pela P.M.H quanto por Camões<sup>5</sup>.

O objetivo do presente trabalho é perceber como se inserem as lógicas discursivas de poder em representações pictóricas, em especial no caso português, a partir de uma perspectiva de longa duração tanto dessas representações, quanto do sentido que elas traduzem para as sociedades nas quais permaneceram localizadas, graças as suas reapropriações e reproduções. Para tanto, desenvolveremos uma análise que cruza as perspectivas historiográficas acerca do tema; uma abordagem direta das fontes, tanto

---

<sup>4</sup> Embora haja divergências quanto ao original da representação do escudo de D. Afonso Henriques, o de seu herdeiro primeiro já surge na historiografia e nas representações com esse modelo básico. Disponível em: <<http://img683.imageshack.us/img683/9561/24942508.png>>.

<sup>5</sup> *Os Lusíadas*. “(...) Aqui pinta no branco escudo ufano, que agora esta vitória certifica, cinco escudos azuis esclarecidos, em sinal destes cinco reis vencidos.”



imagéticas quanto escritas - sendo as últimas formadas por crônicas e cartas -; e que aprofunda as noções meramente técnicas, descritivas e padronizadas trazidas pela heráldica.

Já que aqui se busca dar uma ênfase na interpretação dos conceitos e significados da linguagem visual utilizada pelos medievais, foi preciso ir mais além do que aquilo que a tradição heráldica efetivamente realiza (uma identificação e descrição dos elementos presentes nos escudos e brasões) e buscar razões para os usos e motivos expressos no semblante português, analisando os aspectos presentes no contexto histórico que envolve o escudo, tanto os acontecimentos quanto os caracteres míticos que ali se inseriram.

Para um melhor desenvolvimento da análise acima expressa, partiu-se, além dos conceitos anteriormente trabalhados, de uma apropriação da permanência de tal fonte na realidade portuguesa. Servindo, assim, como base para os argumentos que aqui se seguem e foram divididos, após o debate historiográfico, dois capítulos nos quais o escudo é analisado como instrumento de ressonância e como artefato remanescente. É por ele ter resistido ao tempo e ter sido constantemente reapropriado, sem perder seus conceitos iniciais, que pode ser utilizado para entender o imaginário medieval.

Mesmo que haja o questionamento e o debate acerca de sua existência, ou de sua veracidade, o status que ele possuiu nas representações portuguesas é que importa e que valida a argumentação aqui proposta. O aspecto imaginário que o artefato passou a desenvolver ao longo dos séculos fez dele maior e por isso permaneceu.

Se a certeza/clareza acerca dele fosse efetiva não existiria tal força de ideal em torno do escudo em si, ou dos seus conceitos. Assim, há a análise que se segue tendo, principalmente, como fontes de interpretação, exemplos iconográficos do uso posterior dos “cinco escudetes do reino”, amostras das características permanências e lógicas discursivas que envolveram as imagens, procurará trabalhar a noção entre artefato, imaginário e permanência, refletindo até que ponto sua influência se mostra presente no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

As imagens escolhidas figuram o já citado “hall” de diversidade material que se associa ao reino português. Estão expressas em diversos objetos, entalhados em madeira, pintados em pergaminhos, na marcação, ou cunhagem, de moedas e bordados em bandeiras. Porém optou-se por tratar aqui de um entalhe em um trono do período manuelino localizado no mosteiro de St. Cruz de Coimbra, uma inicial D decorada também do período manuelino,

uma réplica da bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, uma imagem presente em um Planisfério português renascentista e um exemplo da moeda portuguesa anterior ao euro.

## Capítulo 1 – O escudo de Afonso Henriques.

### 1. 1 Narrativa entre historiografia e imagem.

A escolha dos símbolos que representaram a batalha de Ourique, e a vitória que se sucedeu, passou por uma reflexão e elaboração, não somente de traduzir um importante acontecimento, mas também de quais formas, desenhos e arquétipos seriam valorizados e utilizados para fazê-lo. Como descreve Erwin Panofsky, sobre o uso das imagens e os conceitos que elas traduzem, em seu texto *Significados nas artes visuais*, passa a ser perceptível a ideia de uma lógica discursiva guiando a construção de tais imagens. Há, na realidade, sempre uma marcação de necessidade para as funções daquilo que é elaborado pelos artífices<sup>6</sup>. E, ao que a historiografia permite entender, inicialmente as pretensões daqueles que haviam criado para o rei o seu semblante (seu escudo), eram de contar/descrever o acontecimento em primeiro plano. Fazer da imagem uma narrativa daquela história.

No entanto, com o aprofundamento da análise surgem novas camadas de entendimento, possibilidades e associações do símbolo e a história. Que, de certa forma, foram desconsideradas pela historiografia positivista, cujo auge é representada por Alexandre Herculano.

Seja a partir das descrições heráldicas; da noção de intangível e irreal, que João Almeal associa ao acontecimento de Ourique<sup>7</sup>; ou de como nos descreve Maria Eurydice de Barros Ribeiro acerca das impressões entre o mítico (associado à formação de uma monarquia) e real<sup>8</sup>; ou da percepção de que o escudo e aquilo que o envolve são nebulosos demais para chegar a uma conclusão sobre sua conjuntura (argumento de Joaquim Veríssimo Serrão)<sup>9</sup>; ou ainda, como aqui se pretende um entendimento que não descarta as noções anteriores, mas as coloca como auxiliares de um argumento essencial. É o valor coletivo que os portugueses deram ao símbolo ao longo do tempo que o preenche de motivos e significados, sendo assim, repleto de características.

---

<sup>6</sup> ECO, Umberto. 1987. *Arte e beleza na estética medieval*. Globo. Pag. 136-137-138.

<sup>7</sup> ALMEAL, João. *Historia de Portugal*. Porto. 1949. P.54

<sup>8</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. 1997. *A vida na Idade Média*. Pag. 69

<sup>9</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Estado, pátria e nação*. 1979. Pag. 12-14

O escudo de D. Afonso Henriques não é apenas marca de um rei, tão somente narrativa de uma batalha, não é apenas imaginado (muito relacionado às descrições mais antigas, e imagens ali construídas o que proporciona uma efetiva variedade de elementos), mas é uma mistura de fatores. Foi o imaginário que o transformou em artefato, deu-lhe significados e a força para continuar a figurar a história, sem perder sua associação primária que é, em essência, a força portuguesa expressa pelo rei guerreiro.

Há, em todo o contexto de elaboração do escudo do primeiro rei português, aquilo que descreve Rüsen (quando aborda a importância para um público alvo, a partir da realização de um trabalho historiográfico), uma demanda óbvia para a sua criação, que se identifica e percebe seus significados, os grupos sociais envolvidos e que se envolvem na posteridade. Mesmo que a perspectiva a qual o historiador se refira não seja localizada no âmbito da elaboração de imagens, ela certamente existe e pode ser aplicada ao caso. Só há reprodução de imagem quando há alguém que se identifique e procure por ela. Nem que seja para, como menciona Eco em *Arte e Beleza na Estética Medieval*, que os leigos se regozijem com a ideia de belo e entendam as mensagens que não poderiam captar pelas escrituras, essa concepção também pode ser aplicada a determinadas imagens que provinham de origem não religiosa, já que nem todas eram representações do cotidiano.

Muito embora os glossários de Heráldica<sup>10</sup> tendam a padronizar os significados de elementos repetitivos nos brasões, há sim uma enorme distância entre os diferentes entendimentos dos símbolos no selo do monarca.

Atendo-nos mais ao estudo do escudo de Afonso Henriques e suas diferentes interpretações, abordaremos aqui duas de maior relevância. Uma possuidora da perspectiva positivista, buscando uma “verdade” sobre os acontecimentos na batalha de Ourique e suas representações no escudo, da qual o melhor exemplo, no caso, seria Alexandre Herculano e seu compêndio de crônicas, feito no século XIX. E a segunda, a análise mais antropológica das representações e significados presentes no escudo, valorizando inclusive os aspectos mitológicos da fonte iconográfica, não traduzindo o mito<sup>11</sup> como real, mas sim não deixando de retratá-lo como um elemento figurativo e motivador na História da Batalha.

---

<sup>10</sup> Enquanto arte e ciência de elaboração e descrição de selos, brasões e escudos de armas.

<sup>11</sup> Acerca do que discorrem ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno* 1954. pag. 20-21 e RIBEIRO, Maria Eurydice. *A vida na Idade Média* 1997. Pag 71-72.

A partir da interpretação mais fatural, associada à perspectiva de simples narrativa dos fatos que a crônica na Portugaliae Monumenta Histórica apresenta, a fonte possui apenas um documento que aborda especificamente a questão da imagem, o escudo, associada ao combate de Ourique. - Por isso, possui apenas essa única interpretação sobre a luta que o então Infante D. Henrique, teve de enfrentar.

*“Como o principe dom Affonso foy feyto rei e venceo a batalha dourique”*

“Conta a estoria que depois que dom egas moniz foy pera tolledo que o príncipe se partio de guimarães, e andou per toda as terra, e requereo todas suas fortallessas, e açalmou as de guisa que nunca lhe acontecesse outro tal desauidamento. E depois que todo esto ouue feito, ajuntou todas suas gentes e foy sobre os mouros e correlhes a terra toda des coimbra atee santarem, e dassy pousou ho teio e correo toda a terra ataa o campo dourique honde achou elRey ismar, que assa sazom era Rey, com cinco reis que o uinham buscar em sua aiuda sabendo o grande dapno que lhes fazia em sua terra, e entrou com elles em batalha em o logar que He dicto crasto uerde, e uence os, e matoue prendeo a maior parte de todas as suas gentes. Mais ante que entrasse em batalha, conta a estoria que os seus o acalçaram por Rey, e des entom se chamou Rey de Portugal. E depois que os Reis forom vençudos, como dissemos, ElRey dom Affonso de portugal, por memória daqueloe boo aqueecimento que lhe deus dera, pos no seu pendam cinco escudos por aqueles cinco Reis, e pose os em cruz por renembrancha da cruz de nosso senhor ieshu christo, e pos em cada huum escudo XXX dinheiros por memoria daquelles XXX dinheiros porque iudas vendeo Jeshu christo, e dês y tornousse pera sua terra muy homramente e com grande vitória.” (P.M.H. Scriptores. Volume 1. Fascículo 1. P.27)<sup>12</sup>

Observam-se motivos bem claros da colocação de todos os elementos que se mostram presentes no escudo. A começar com os “cinco escudetes” em forma de cruz. De acordo com o documento, para cada rei mouro derrotado por Afonso Henriques em Ourique foi colocado um escudete para lembrar não somente a derrota que eles sofreram, mas em “memória ou homenagem” a cada um deles e ainda assim da enorme vitória que essa batalha proporcionou ao infante. Afonso Henriques não apenas venceu um embate contra um exército centenas de vezes maior que o seu, mas também conquistou a vitória do trono.

Quanto ao formato de cruz em que se encontram os cinco escudetes, a fonte também pode nos esclarecer. Tal posicionamento estaria ali presente para demonstrar, a todos aqueles que desejassem ver, a força da devoção de Afonso Henriques; é a prova de um ideal pelo qual ele lutou tanto em seu corpo quanto em seu escudo. No caso, recuperar os territórios invadidos pelos mouros (infiéis) é um dever para salvar não somente o espaço físico da Península Ibérica, mas também a cristandade que ali resiste. A cruz representa, no imaginário medieval, mais que um idealismo individualista, mas uma verdadeira crença, fé, que o move

---

<sup>12</sup> P.M.H. “Memórias avulsas e escritas à mão do mosteiro de St. Cruz de Coimbra”. Tomo 1. Livro 1. Pág. 27.

para realizar o impossível, como vencer tal batalha essencial para a fundação desse aspecto mítico guerreiro. Seria apenas por causa da graça e vontade divina que o Infante Afonso Henrique sairia vitorioso.

A P.M.H. informa ainda no mesmo trecho, mais uma razão para outro dos elementos presentes no escudo do monarca. As estrelas, ou dinheiros, localizados na parte interna de cada um dos escudetes. Representariam, de acordo com o documento, a quantia que Judas recebeu após entregar Cristo. Esse é um dos elementos em que há maior discordância entre historiadores, algumas crônicas e até mesmo algumas representações do próprio selo de Afonso Henriques. Algumas representações aparecem com números que variam de 5 a 13 estrelas/dinheiros/besantes<sup>13</sup>. Mas ao ater-se novamente à perspectiva da P.M.H., o número seria de trinta (30), mesma quantia recebida por Judas ao entregar Cristo. Por outro lado, em outras fontes encontram-se as descrições de onze, cinco, ou seis dinheiros em cada escudete. É preciso notar mais uma vez a questão da devoção de D. Afonso Henriques. As moedas que se mostram presentes em seu escudo associando a figura do Judas aos reis mouros permitem o entendimento: Judas era um traidor, um infiel, e assim são vistos os reis Mouros.

Ao partir da outra linha interpretativa, tem-se razões diferentes para os símbolos e significados no escudo de Afonso Henriques. Mas qual a importância de ressaltar essa característica mitológica no processo de criação do artefato do monarca? Diz a lenda que antes de entrar em batalha no campo de Ourique, o então infante Afonso Henriques, assim como imperador Constantino, teve uma visão, ou um sonho. Nele, o Cristo crucificado e cercado por anjos apareceu, vindo do oriente, do leste, e garantiu a ele a vitória se lutasse em seu nome.

Esse seria um dos elementos motivadores para o status de “grande acontecimento mítico” que foi dado ao combate de Ourique. O qual valoriza o aspecto do guerreiro santo, tão comum na realidade medieval, como é possível observar pelos exemplos de Santiago de Mata Mouros, São Jorge, Santo Alfredo, São Crescentino. Principalmente se o foco da análise for o ideal de reconquista localizado na península Ibérica. Esse é um aspecto ainda mais valorizado.

A noção do sagrado para o mito é utilizada pela historiografia novamente, não como um aspecto realmente verdadeiro inerente ao confronto, mas, sim, como algo motivador para

---

<sup>13</sup> Os nomes para os elementos brilhantes internos aos escudetes/quinas; variam principalmente entre esses três “besantes/estrelas/dinheiros”. A incerteza de sua representação é um dos pontos que permite a colocação da análise, e optamos por denominá-los a partir do nome especificado na fonte inserida na P.M.H. “dinheiros”.

a vitória e tudo aquilo que ela traz. Caractere que é percebido por João Almeal sobre a questão polêmica que é a batalha de Ourique para a própria historiografia portuguesa.

“No lugar de Ourique [...] fere-se a batalha que uns consideram de maior vulto, outros de reduzida importância. Ao seu nome liga-se a fama da miraculosa aparição de Cristo crucificado a D. Afonso, das divinas palavras de incitamento e da resolução de colocar na bandeira de Portugal as cinco chagas.”(AMEAL, João, 1949. P.54)

Assim, temos marcada a presença da visão no acontecimento. Sendo o contexto um mito ou não, influenciado pela motivação de Afonso Henriques, ele ainda se mostra na posteridade e presente no imaginário. A partir da noção de elaboração do escudo por membros do clero, à época, associados ao rei, a perspectiva de representação da visão (do mito) que o infante teve antes da batalha de Ourique fica ainda mais clara. É perceptível o argumento de associação de monarquia e divindade. Há uma verdadeira apresentação dos arquétipos narrativos associados ao mito e não somente inserido no contexto de apresentação da batalha.

Ao analisarmos o escudo por essa perspectiva, os símbolos que nele estão presentes podem ser interpretados de maneira diferenciada à perspectiva expressa na P.M.H. Os cinco escudetes são aqui vistos não como os cinco reis mouros caídos, mas, sim, como mais um elemento de representatividade da fé de Afonso Henriques. Representam as cinco chagas de Cristo – e mais tarde, as chagas no próprio corpo do rei <sup>14</sup>. Estão postos em cruz por conta do que o monarca percebe na sua visão, ou no seu sonho. Cristo aparece crucificado (como na grande maioria das visões medievais), voltado para leste (o oriente, onde se encontra Jerusalém, terra santa, local da paixão). Daí, consequentemente, vem a forma de cruz que reapresenta a crença de Afonso Henriques, já aqui repetida, além de demonstrar o ideal cruzado. Em suma, todos os elementos foram escolhidos e representados no escudo em referência à visão que o monarca teve antes do confronto.

O diálogo entre a P.M.H. e o escudo é essencial, mas não informa tudo, nem poderia, já que sua organização está regida por um ideal da escola historiográfica da época; que pode contribuir para sua linha narrativa possuir apenas uma crônica a esse respeito. Sendo fechada em uma interpretação específica, de certa forma limita o trabalho com a fonte escrita, mas mantém claro, à sua própria maneira, o objetivo inicial do artefato como documento, a informação que ele contém. Como toda imagem na Idade Média, o escudo de Afonso

---

<sup>14</sup> ROSA, Maria de Lurdes. *Anjos e demônios no Portugal medieval*. 2010. Pag. 160-161

Henriques possui uma função<sup>15</sup>, de acordo com a crônica, é registrar/narrar as consequências do combate realizado em Ourique.

A interpretação antropológica apresenta argumentos que não desconsideram a suposição de mito, presente em todo o acontecimento e consequente relato da Batalha de Ourique. Considerando a reflexão de Mircea Eliade, em *O Mito do Eterno Retorno*,<sup>16</sup> a historiografia referente ao fato dá uma nova visão a essa perspectiva mitológica. Valoriza a questão essencial do mito para o entendimento da compreensão que os medievais tinham de seu cotidiano, do meio de vida e do mundo para entender seu imaginário. Segundo o autor, o mito é fundador de uma memória que perpassa o individual, e que confere sentido a um determinado acontecimento ou missão/objetivo em comum para um grupo religioso, no caso, Ourique, alcança um imaginário relacionado a um acontecimento primordial, ou o mito fundador do primeiro rei português. Que surge torno da figura de Afonso Henriques a partir de suas valorosas vitórias para a consolidação da independência portuguesa.

Esse debate estende-se tendo como exemplos M. Pinheiro Chagas, que apresenta uma perspectiva mais tradicional e que vai descaracterizar a questão de Ourique, muito embora reconheça seu status de incerteza/imaginário/mitológico, a considera “uma falsidade da tradição” (*História de Portugal V.I*). Já Oliveira Martins (*História de Portugal*. 1972) reconhece que é só a partir daquela batalha, pondo o seu ano de realização à prova, que o infante passa a tomar para si o título de rei e o descreve de forma que seus atos pareçam ainda mais viris do que a própria narrativa “não tendo medo de rasgar ordens papais”.

Partilhando da ideia de valorização do mito para entendimento do imaginário que cerca a figura do primeiro rei português, temos Joaquim Veríssimo Serrão em *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, o qual aborda a explicação mítica na construção do próprio artefato<sup>17</sup> e do reforço que esse aspecto ganha com o trecho de *Os Lusíadas*. Serrão vai até mais além ao tratar outra versão para as “quinas”, e por fim, valorizando Ourique como o evento que permite a Afonso Henriques subir do status *Infantis-princeps* para *Rex*, Maria Eurydice de Barros Ribeiro traz outro ponto essencial de debate, a linha entre acontecimento e mito<sup>18</sup>. Entendendo que acima de tudo são as permanências das

---

<sup>15</sup> Eco, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. 1987. Record. pag. 136-137.

<sup>16</sup> ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. (1954. Pag. 155-156).

<sup>17</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. 1979. P.84-85.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice. *A vida na Idade Média*. 1997. Pag. 67.



influências resultantes de Ourique, que traduzem a fundação da monarquia portuguesa e de seu instaurador.

Merece análise também a valorização do caráter guerreiro inerente aos primeiros monarcas europeus. Observa-se que o histórico de conquista pelo reconhecimento do reinado a base da força na dinastia real iniciada por Afonso Henriques não fazia parte, naturalmente, daquilo que Marc Bloch descreve em sua obra *Os Reis Taumaturgos*. Diferentemente dos reis sagrados de França e Inglaterra, os reis portugueses não possuíam uma das características mais tradicionais das cerimônias de reconhecimento do poderio régio: a característica sagração pela autoridade eclesiástica. Seguindo tradições guerreiras germânicas, os monarcas portugueses tem como forma de realização do reconhecimento de suserania o levantamento/aclamação. Dessa forma, não possuíam, como no caso dos monarcas posteriores aos taumaturgos, relíquias para o discurso legitimador. No caso português são as armas do rei, e o que ele alcançou por meio delas que servem como âncoras para sua legitimidade.

Tal valorização não se dá apenas no espectro político, mas também, em análise antropológica, no entendimento acerca do corpo. Sendo a relação entre corpo e política (relíquias e peregrinações) muito bem descrita por Le Goff e Nicolas Truong em seu *História do corpo na Idade Média*.<sup>19</sup> Há uma necessidade, como parte integrante/complementar do mito, de enaltecer sua imagem e trazê-lo para o grupo dos primeiros entre os homens. Para exemplo podemos citar algumas das narrativas sobre a vida do primeiro rei. Da infância, no episódio cura milagrosa, após a promessa de D. Teresa à Maria [uma das teorias acerca da cor azul dos escudetes de D. Afonso seria por associação ao manto de Maria que graças a promessa feita pela mãe, o curou], a sua maravilhosa vitória no campo de Ourique, sua vitória sobre a mãe e a maldição rogada por ela (que teria afetado para sempre o corpo) e até o retorno de suas armas, suas relíquias, nas mãos de D. Sebastião quando esse enfim retornasse<sup>20</sup>.

A compreensão do corpo como mais um aspecto para a associação entre escudo e monarca é reforçada também pelas narrativas míticas portuguesas ao longo do tempo, como nos informa a historiadora portuguesa, Maria de Lurdes Rosa,

---

<sup>19</sup> As relíquias de Afonso Henriques são suas armas. Na ideia de extensões de seu corpo.

<sup>20</sup> Uma das versões referentes a lenda de retorno de D. Sebastião. Descrita pelo historiador português Oliveira Martins. 1972.

“No corpo do rei, as feridas desenham como que um mapa das suas batalhas, registrando e atestando miraculosamente o direito às terras ganhas, numa representação mítica que tem paralelos noutras relativas a heróis conquistadores.[...]”(ROSA. 2010.)

O desenvolvimento de um imaginário em torno do corpo do monarca, como um marco para o contexto de seu vulto/mito histórico, tem de estar necessariamente vinculado aos ideais de boa cristandade e fé, características essencialmente comuns ao medievo, e que precisam ser mais ressaltadas durante o longo processo de reconquista da Península Ibérica. Isso reproduz uma das facetas primordiais da personalidade de Afonso Henriques para sua história, o de sustentáculo da fé cristã no território em que se encontra. Ao se valer do ideal de defesa dos territórios da cristandade, o então infante, filho de D. Teresa demonstra mais um plano de associação ao patamar dos reis valorosos, próximos do sagrado e defensores de Deus e sua instituição. Mesmo que este, como descreve a P.M.H., mantivesse o seu aspecto guerreiro e não (“estremecesse perante excomunhão e esbravejasse frente ao tratamento do papa, ameaçando e prendendo um dos seus emissários”)<sup>21</sup>, ele representava acima de tudo um ideal de luta pelos bons cristãos.

Os conjuntos representantes nas narrativas de Ourique (tanto a batalha quanto a da crucificação) expressos no escudo de D. Afonso são efetivamente importantes para que se entenda a noção, não apenas portuguesa, mas humana, da junção de interpretações e necessidades políticas aos espaços messiânicos. Ao trazer a representação do seu mitológico feito, o artefato é uma ressonância e ao mesmo tempo uma reminiscência dessa característica busca de resposta para a conjuntura de crise política que se segue. Essa emergência de figuras messiânicas que, de fato, vem, para o imaginário para resolução do problema que se instaurou, é muito bem observada a partir da análise que Maria Eurydice de Barros Ribeiro desenvolve acerca do argumento de Raul Girardet, ao decompor certos movimentos “político-mitológicos”

O desenvolvimento das grandes personalidades, com a adversidade, para as personagens envolvidas é um aspecto que pode ser entendido como presente em várias épocas e que permanece em diferentes tradições, tanto orais quanto escritas. De epopeias e cantos a cenas em pinturas e objetos. O aspecto messiânico estudado em si mesmo não traduz um objetivo para todo o culto e a totalidade de enaltecimento das figuras. O próprio sebastianismo é um sentimento mais profundo e influente, que persiste com o passar do tempo a tal ponto

---

<sup>21</sup> P.M.H. V. 1. Tomo 1. Pág. 28-29.

que consegue trazer suas cargas ao movimento de Canudos. Que identifica desenvolve uma identidade coletiva de pertencimento a partir do protagonismo de uma figura carismática enquanto modelo. Essa foi, para as casas reais posteriores ao primeiro rei português, um elemento essencial de continuidade no sentimento de ligação. Todas mantêm seu discurso de poder a partir da figura carismática, forte - guerreira que foi Afonso Henriques, sendo essa segunda inclusive uma das características mais valorizadas pelos monarcas posteriores.

No exemplo português, há um aspecto diferenciado e delicado, trata-se de um emergente sentimento de pertencimento proto-nacional, de fato, muito mais centrado na questão de serviço a figura real, mas que em Portugal ultrapassa esse próprio contexto. Se sobressaindo e destacando, dando assim um valor maior ao coletivo inserido no próprio ideal, localizado à sua determinada época.

Afonso Henriques é reconhecido e aclamado rei por seus iguais (companheiros em armas) e sem eles sequer teria conseguido realizar as grandes vitórias que estão descritas em suas crônicas, contos e biografias. Sejam essas vitórias sobre sua mãe, na conhecida passagem de exílio de D. Teresa em S. Mamede, ou na própria batalha de 1138-1139 que o fez o primeiro rei português, a Batalha de Ourique.

## **1. 2 O Artefato do escudo. Iconografia e Realeza.**

O imaginário construído pela sociedade medieval portuguesa acerca da imagem mais característica de seu primeiro rei (seu escudo), que é atualizado com o passar dos séculos é por si só um artefato. O objeto é para a arqueologia e antropologia, como define Hoauiss, “uma forma individual de cultura material ou produto deliberado da mão de obra humana”. Mas o caráter de atualização e reapropriação do escudo, enquanto imagem identificadora do imaginário português, fez dele um artefato que foi atrelado ao conceito e criação de patrimônio cultural para os portugueses.

O conceito de produção de lógicas discursivas para a percepção da cultura enquanto forma do patrimônio histórico, desenvolvido por José Reginaldo Santos<sup>22</sup>, pode ser utilizado na ideia de que as representações imagéticas do escudo apresentariam o caráter provindo do imaginário, mas que efetivamente foram expressas na sua materialidade. Aqui procurou-se expandir um pouco mais a ideia e trazer a noção de que da mesma forma que pode-se perceber a própria cultura como patrimônio, pode-se então, perceber o próprio imaginário – em torno do escudo – como um artefato, mesmo que de âmbito imaterial.

Foi a partir do uso em larga escala da imagem em uma vasta gama de objetos que se criou o ideal identificador, e esses objetos por sua vez ajudaram a preencher o ideal coletivo português de conceitos e significados, podendo ser associados ao sentimento de pertencimento e de associação. Isto possibilitou a criação dos discursos utilizados para justificar a legitimação das casas dinásticas posteriores a Afonso Henriques.

As percepções mentais coletivas, que passam a surgir com a identificação do escudo de Afonso Henriques, são uma das confirmações maiores desse aspecto. Perpetua a história, não apenas por meio de objetos materiais, mas também, de uma ideia coletiva que caracteriza o pertencimento. Ou seja, uma ideia de coletividade que surge a partir das representações imagéticas. Ela figura brasões, quadros, tapeçarias, moedas, jarros, joias, móveis, e os mais diversos utensílios/objetos, expressando esse sentimento conjunto de identificação.

---

<sup>22</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. In: Horizontes antropológicos. Porto Alegre. Ano 11, n. 23. Pag. 20. 2005. A respeito da noção de cultura enquanto patrimônio. Dá-se aqui maior ênfase na questão de artefato enquanto um conceito e linha de trabalho para compreensão. Há uma produção conceitual superior a mera elaboração material manufaturada.

A noção da forma de identificação coletiva, como sendo um artefato em si, está inerente à constante reprodução da referente imagem. É por ter sido reproduzida que a imagem continuou a figurar no imaginário português. No entanto o mais importante é que isso acontece sem que haja uma inversão de seus conceitos e significados. Tal característica aconteceu tanto com os sentidos mais diretos, perceptíveis ao olho nu<sup>23</sup>, quanto com aqueles considerados de característica semiótica. Fato contrário ao que ocorreu muitas vezes com vários símbolos ao longo do tempo, os quais mesmo com sua reprodução contínua perderam seus significados essenciais.

Originalmente o escudo de Afonso Henriques tinha sido pensado como marca heráldica de sua família. Continuou referindo-se à história do primeiro rei português, contextualizada na independência e identificação do povo portugalense. Na posteridade, a força do símbolo foi tão presente que chegou a figurar em todas as possessões portuguesas da Era Moderna. E mais contemporaneamente, a moeda portuguesa (o escudo) até a adesão ao euro.

Um escudo é uma arma de guerra, no campo de batalha usada para defender-se de ataques dos adversários, e no campo da heráldica, identificar tanto a família, origem e função de uma determinada pessoa. Ele foi, em primeiro plano, pensado para essas duas finalidades, mas sua significação foi adaptada ao longo do tempo.

O artefato que o escudo representa reside justamente na proposta de que ele permanece digno de valor, significado e reconhecimento dos portugueses. Vários são os elementos que podem ser avaliados como responsáveis por essa característica, explicando a continuidade de representação do escudo. Por exemplo, o uso explícito da cor azul que marca os escudetes internos. O azul encaixa-se como uma associação imediata ao celeste a partir do século XII<sup>24</sup>, e se mantém quando os medievais aprofundam a noção da cor relacionada ao manto de Maria. No caso de Afonso Henriques, há uma relação especial entre os dois, principalmente pela promessa que sua mãe, D. Teresa, teria feito à Virgem em busca da cura do infante. Da mesma forma, surgem o branco e o prateado para lembrar os atos milagrosos que o primeiro rei português realizou. Possivelmente, de acordo com o que Bonaventura de Bagnoreggio descreveu ao falar sobre a emergência de luz como um aspecto essencial e proveniente do metafísico divino para a existência de sacro em cores, o fundo branco tenha vindo para

---

<sup>23</sup>PANOFISKY, Erwin. *Significados nas Artes Visuais*. 1991. Perspectiva. pag. 15-18.

<sup>24</sup>ECO, Umberto. *História da beleza*. Record. 2012. Pag. 121

remeter ao acontecimento divino da visão antes da Batalha de Ourique. Além de já referir-se ao oriente.

Consequentemente, há uma expressiva diferença entre o que o escudo é, nesse sentido de artefato, e aquilo que seria se fosse apenas mais um objeto conservado em um museu; muito provavelmente pelo fato de ter-se perdido. Entretanto há sempre, na história portuguesa, referências ao objeto, ao material, ao escudo. A historiografia mais recente chega a explicitar o pensamento de que ele não teria sobrevivido, sem dúvida, em razão dos materiais que foram utilizados para manufaturá-lo. Mas existe na ideia de conto e tradição popular que o escudo foi preservado, sim, porém residente no mesmo âmbito de D. Sebastião, sendo inclusive uma das armas mais marcantes que seriam carregadas por este rei, quando, enfim, retornasse.

Há aqui uma associação interessante. Afonso Henriques não foi sagrado/ungido rei. Seus iguais reconhecem seu direito divino tanto pela visão que coloca Cristo em contato direto com o monarca, quanto ao seu valor em batalha – dádiva cedida por Deus. O que o difere imediatamente de muitos reis medievais que surgiram contemporânea ou posteriormente a ele (“o rei é a imagem de Deus: *rex imago Dei*” como argumentam Le Goff e Schmitt em seu dicionário temático)<sup>25</sup>, ou seja, diferentemente de D. Sebastião que, mesmo tendo o seu valor provado em batalha, é rei, antes de enfrentá-la e não a partir dela. No caso de D. Afonso Henriques é diferente. A partir da batalha que ele passa a ser chamado (por toda a crônica portuguesa) rei.

Seria o fato de ser uma relíquia justamente da guerra e do rei, então formado a partir dela, que explicaria tamanha força para essa imagem no sentimento e na história do povo português? É inegável a existência desse fato. Pode-se ressaltar a noção de rei guerreiro em Afonso Henriques, independente de não reconhecer nele o poder taumaturgo próprio aos reis franceses e ingleses. Os taumaturgos tem como artefatos as suas relíquias, seu corpos, principalmente por seu aspecto sagrado. No caso português, essa característica não é uma regra, não há uma relíquia corporal do primeiro rei de Portugal, e no entanto, a ideia do escudo permanece viva no imaginário.

---

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques E SCHMITT, Jean-Claude. *O rei*. IN: *Dicionário temático do ocidente medieval*. 2006. V. II. Pag. 395-396. - Os autores chegam até a contrastar os outros modelos de monarcas em comparação ao ideal de rei guerreiro. “O rei sacro, o rei tirano (mas que tem sua utilidade) e o rei guerreiro”.

O aspecto imaterial do artefato figura num ponto tal que transcreve os significados para os outros objetos em que foi grafado, passando uma carga extra de conceitos para esses objetos. A imagem do escudo, que carrega uma narrativa, deixa explícita uma noção de origem para tais materiais, utensílios e peças decorativas. A exemplo segue uma das peças do período manuelino, conhecido pela desenvoltura de associação entre D. Manuel e D. Afonso Henriques. Provavelmente esse foi o período em que mais se realizou tal prática associativa.

A imagem mostra um cadeiral do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra destinado ao uso dos monges do próprio mosteiro. Sendo um dos poucos cadeirais do período medieval que permaneceu para a posteridade<sup>26</sup>. O monarca buscava a legitimação de sua dinastia no passado português, tendo Afonso Henriques como modelo primordial. Essa representação passa a figurar os mais diversos objetos, incluindo aqueles que não se inseriam no conjunto de pertences dos nobres lusitanos.

Temos entalhada no objeto uma cena típica da narrativa mítica na relação existente entre escudo/Afonso Henriques/Deus. Dois anjos com asas abertas seguram, trazendo para o centro da cena, o artefato, que vem coroadado atrelando ao papel do soberano. Após pesquisa mais aprofundada descobriu-se que acima da coroa podem ser vistas, em ambas laterais, detalhes de cenas referentes ao pecado da luxúria. Os entalhos percebidos nas laterais superiores da imagem não estão em completo estado de conservação, estando ausentes as partes superiores dos personagens envolvidos na cena. As duas fotos permitem ao observador perceber a completude da cena entalhada no objeto, as pernas do monge e o torso do animal se localizam na parte superior esquerda do cadeiral.

Como nos diz Maria de Lurdes Rosa a respeito da relação estabelecida entre os dois monarcas:

“ [...] a apropriação da figura do rei nos séculos XIV e XV, por parte de dois núcleos de poder político-religioso, por vezes trabalhando em interligação, por vezes em concorrência: Santa Cruz de Coimbra e a corte régia, da Dinastia de Avis a D. Manuel”(ROSA. Pag. 159-160)

Esse é apenas um dos milhares de objetos que contém uma representação do escudo (que segue a mesma descrição na P.M.H.) e surge trazendo a mais comum entre todas as

---

<sup>26</sup> BRAGA. “Noutro local assiste-se a uma cavalgada pecaminosa, em que frade se deixa levar pelo pecado da luxúria, em vez de a dominar, como sintomaticamente se depreende pela nudez da parte traseira do corpo(fig.20)”.

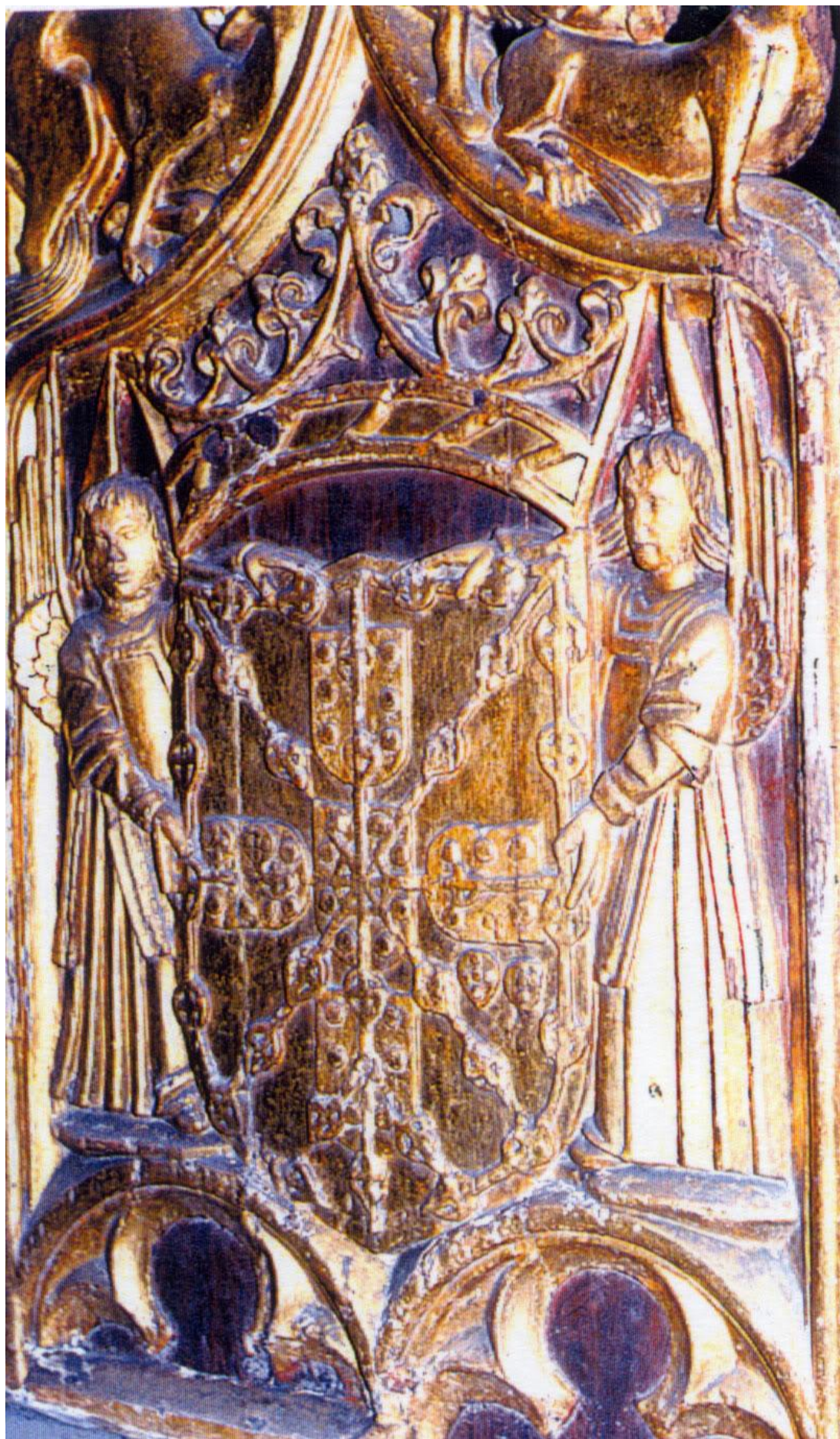
representações posteriores do símbolo de D. Afonso Henriques: a cruz formada por escudetes preenchidos pelos dinheiros. Esse aspecto se deve em parte pelo semblante do primeiro rei já ter sido assumido, resignificado e reproduzido como o semblante do reino. Trazendo essa forma, padronizada pela heráldica da época, que contém além da cruz, a coroa e, sendo na imagem que segue ausente, os castelos referentes ao domínio do reino dos Algarves. A representação do período manuelino surge pela já citada expressa necessidade de consolidação da dinastia de Avis.

Apropriar-se do ideal guerreiro que envolve D. Afonso Henriques, é um ideal que justifica não apenas a monarquia provinda de D. Manuel, mas também as posses e conquistas adquiridas pelos portugueses durante o período da legitimação dinástica. Há uma noção de se fazer a reprodução do ideal de identidade e de identificação com o monarca por meio dessa imagem traduzindo tanto a especificidade do passado guerreiro envolvendo os monarcas portugueses, quanto a eficácia da expansão e controle administrativo organizado de seus domínios.

O ideal de legitimação surge dessa forma na dinastia de Avis, não somente a partir das imagens. Os textos da época tem também um papel expressivo na ideia de consolidação e validação da monarquia reinante no período. Tal aspecto foi muito bem trabalhado tanto pelos monges do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, quanto pelo discurso nobre da época. O mosteiro é historicamente conhecido pela sua íntima relação com os monarcas do condado portugalense, desde de Afonso Henriques, que foi o bem feitor de maior destaque do mosteiro, tanto pelas suas inúmeras colaborações com o clero local, quanto pelo seu status de fundador do país. Surgiram histórias e contos acerca da relação entre o mosteiro e os monarcas portugueses.

Nesse contexto, se insere a próxima imagem. Abordando uma representação monárquica, mas que não deve esquecer-se dos aspectos pecaminosos da natureza humana. A representação também serviria para lembrar aos monges que, utilizavam uma série enorme de cadeirais (entalhados com diversas cenas), de que há uma ordem vigente, o monarca e o reino de Portugal, e que eles se inserem tanto na escala social vigente, quanto na perspectiva de legitimação dos que eram considerados os maiores bem feitores do próprio mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.





(Detalhe das laterais superiores no cadeiral, Cena referente à “cavalgada dos monges”)





## **Capítulo 2 – A heráldica do poder: continuidades.**

### **2. 1 A ideia de ressonância e remanescência**

A partir do argumento inicial, do imaginário acerca do escudo, como um artefato em si próprio e que pode ser desenvolvido pela noção da cultura enquanto aspecto patrimonial tangível e intangível<sup>27</sup>, optou-se aqui por trabalhar sua noção de objeto de permanência de uma noção coletiva, e concomitantemente de objeto de estudo do passado.

Os artefatos do escudo servem, em essência, para darmos desenvolvimento a um processo de compreensão dos acontecimentos, motivos, mentalidades e conceitos do passado. Por exemplo, os elementos figurativos que foram sendo agregados ao escudo inicial ao longo do tempo são aspectos marcantes na realidade histórica pela qual passou a imagem e surpreendem pelo fato de jamais terem perdido seu referencial primário, o primeiro rei de Portugal.

Questionamentos como quais os atributos que agregam valor a um rei; de que maneira ele deve se valer deles para justificar seu poder; como uma imagem é essencial para a construção de uma relação entre vassalo e suserano; e quais são os aspectos que mais se mostram importantes nessa mesma imagem são as linhas de esclarecimento que podem ser desenvolvidas a partir desse estudo. A ideia do objeto enquanto instrumento de ressonância permite que as explicações sejam elaboradas sem extrapolar o contexto histórico específico. A noção dele enquanto remanescência do passado possibilita o entendimento de quais aspectos foram e ainda são importantes para a estética de identificação do imaginário português.

Há sempre uma lógica de poder que enaltece a figura régia e que se inscreve em crônicas, contos, lendas, relíquias, batalhas, tesouros. No entanto, quando se aborda o caso português, é extremamente característica a utilização de uma imagem para esse fim, seja para enaltecer o pai do Estado português, seus feitos para a conquista da independência portugalense ou a emergência de sua figura paterna para o povo de Portugal. Tal lógica discursiva que foi efetivamente expressa pela reapropriação e reprodução continuada de uma mesma imagem, o escudo, sem que ela ainda deixasse de remeter ao contextos dos acontecimentos do passado.

---

<sup>27</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Patrimônio como categoria de pensamento*. 1990. Pag. 25.

Essa noção de remanescente foi percebida como presente nas mais variadas inserções temporais que a imagem possuiu ao longo da história. Elas incluem a existência de certas influências da imagem na heráldica daqueles nobres, os quais se localizavam na América portuguesa, até as representações imagéticas em mapas posteriores, provavelmente romantizadas, de indígenas portando os escudetes azuis como, por exemplo, a imagem do planisfério português anônimo, aproximadamente de 1540, localizado em Viena na Biblioteca Nacional da Áustria. No detalhe, encontra-se não apenas um indígena portando o semblante do reino, mas também exemplos característicos das construções mentais que tinham do Brasil à época. A perspectiva romanceada do índio com um porte alto e tom de pele mais clara é uma das facetas que estabelecem o ideal romântico e heroico, já conhecido pela utilização que literatura a brasileira fez dele.



Contudo, convém afirmar que ainda não foi possível marcar até que ponto histórico específico o significado original do escudo, persiste na sociedade colonial. Característica, que como citada antes, ainda parece residir na sociedade portuguesa, mas não é tão perceptível em muitos âmbitos das sociedades coloniais. Provavelmente por terem trazido a carga sincrética que o convívio provocou nos povos das colônias.

Sendo o artefato uma construção coletiva, que traduz a representação heráldica de uma narrativa, é essencial mostrar tanto a finalidade do escudo enquanto objeto, quanto o trabalho de valorização dos aspectos que nele estão inseridos. Ele é mais apelativo para a figura de Afonso Henriques especificamente por sua carga de rei guerreiro. O escudo de batalha, inserido em todo o contexto da reconquista e independência portuguesa, é parte de um conjunto específico de armas. Toda arma tem a função de ser portada em um campo de batalha, não fazendo muita diferença se ela é voltada para atacar o oponente ou defender-se dele. O que importa é o seu desempenho e o que o seu portador faz com ele.

Os brasões e selos que surgem a partir dele traduzem a identificação com esse primeiro objetivo: o de servir ao guerreiro. Da mesma forma demonstraram, na realidade em que se encontravam inseridos (no caso, ibérica medieval), a emergente existência de um ideal cruzadista, ambientado no contexto de reconquista e confronto com o externo os mouros. E a partir do desenvolvimento de sua função, as armas de um rei podem ser consideradas tão importantes quanto as suas relíquias corporais. O escudo e a espada passam a ser extensões de seu próprio corpo.

Assim, é dessa forma que o escudo do primeiro rei português pode ser equiparado aos mais diversos tipos de relíquias. Ele possui um papel político, como serviram as relíquias de santos e, a partir dessa identificação, ele não mais significa de forma simples uma mera narrativa de um possível (graças ao imenso embate historiográfico da questão) acontecimento, mas sim um marco com o qual todos os reis posteriores querem ser associados. É a busca de legitimação ao poder que os ligou e os fez se valerem de muitos discursos, desde “o melhor entre iguais” até “o abençoado diretamente pela providência divina, o prometido”.<sup>28</sup>

A não materialidade do escudo, para o desenvolvimento de seus conceitos, é de real importância. Se houvesse de fato um objeto arqueológico para esse caso específico, em grande medida (como reconhecem atuais historiadores) todo o seu aspecto mítico e sua consequente reapropriação pelos subsequentes reis, não teria metade da sua força. Figurar o imaginário o transformou e permitiu que ele se perpetuasse com maior vigor com o passar do tempo, sendo, a cada vez que reproduzido, novamente resignificado para o ideal de associação entre os que agora regiam a lógica discursiva e o modelo, o fundador, Afonso Henriques.

---

<sup>28</sup> Referente aos aspectos míticos dos quais a figura de Afonso Henriques vai sendo preenchida ao longo da baixa idade média. Em ROSA, M<sup>a</sup> de Lurdes. 2010. Pag. 163.

A ideia que as sociedades do passado trazem de imagem é o ponto chave. Porque é a partir dela que se pode trabalhar aspectos que eram valorizados seja por romanos, medievais (da França, Itália, Espanha etc) e de que forma esses aspectos sobraram, e continuaram sendo valorizados e trabalhados ao longo do tempo. No caso específico de Portugal, é perceptível essa sobrevivência, não havendo uma transformação de seus conceitos primários. Diferentemente de outros símbolos, há uma linha contínua, sem um rompimento propriamente dito das estruturas de narrativas históricas do país, o que garantiu, de certa forma, uma melhor compreensão desses determinados elementos.

Além disso, a característica de sobrevivência e relação entre os reis explica de forma essencialmente razoável a razão da súbita mudança de status do escudo. De um símbolo heráldico, representado em armas, ele se torna o semblante das famílias nobres, dos representantes régios, e consequentemente do reino. E ainda mais, consegue adentrar na contemporaneidade. Ele perde, de certa forma, a alçada de arma e marca central do rei guerreiro (mesmo que muitos portugueses tenham conhecimento de que os cinco escudetes azuis em formas de cruz fazem referência ao fundador da independência), mas permaneceu mantendo o patamar de símbolo marcante na identificação coletiva que ele representou quando era ainda uma expressão imagética da narrativa de Ourique. Ele passa a significar o ideal nacional expresso em um símbolo.

Quando o escudo é utilizado e resignificado, permeando vários tempos e realidades históricas, ele permite uma análise mais profunda dos ideais estéticos e funcionais desenvolvidos para uma imagem. Ideais expressos não só pelos medievais, mas pelos homens que se depararam e valorizaram naquele determinado símbolo em suas respectivas épocas. Quando buscavam desenvolver uma lógica de inserção e consolidação no poder, se apropriaram dele, a partir de uma efetiva associação direta entre eles mesmos e o primeiro monarca português.<sup>29</sup>

A sobrevivência do escudo, mesmo que de forma imaterial, e sua constante reprodução o tornam um artefato. Ele deixa de ser um mero objeto do passado. E se torna de

---

<sup>29</sup> A ideia de padrões estéticos permanentes ou mutáveis é bem trabalhada nos dois livros de Umberto Eco. *História da Beleza* e *História da Feiura*. “[...] em diversas épocas históricas criou-se um laço estreito entre aquilo que é Belo e aquilo que é Bom [...] tratando a ideia de beleza através dos séculos [...] É possível que certos líricos gregos falem de um tipo de graça feminina que só veremos realizada pela pintura e pela escultura de uma época diversa” (*história da beleza* 2012 pag. 12-13-14) “[...] as ideias de belo e feio surgem como formas mutáveis na cultura ocidental, são relativos.[...] não significa porém que não se tentou vê-los como padrões definidos em relação o modelo estável. Beleza e feiura são referências a um modelo específico.” (*história da feiura*. 2007. Pag. 14-19).

fato uma luneta pela qual o historiador pode olhar e entender aspectos, conceitos e significados do passado. Os quadros renascentistas também nos informam o padrão estético/físico à época, os hábitos e costumes. A partir da mesma ideia surge o conceito do escudo enquanto peça de ressonância e remanescência. Quais os motivos dos cinco escudetes, por qual razão o formato de cruz, questionamentos que são esclarecidos quando interpretados mais a fundo. Enfim, a perspectiva do artefato cultural imaginário, enquanto forma de se entender o passado, que pode ser traduzido e interpretado a partir das representações imagéticas do escudo é o contexto base para toda a discussão.

## **2. 2 As apropriações ao longo do tempo.**

Seguindo as reapropriações realizadas a partir do escudo de Don Afonso Henriques, pode-se fazer uma leitura do desenvolvimento de tais lógicas discursivas ao longo de todo o império que aos poucos foi conquistado e administrado pelos portugueses.

Observa-se que o primeiro rei passa ao longo dos séculos, inclusive dentro do próprio país, de pai da independência para pai da nação. E seu escudo o acompanha, mantendo sempre associado ao figurativo de D. Afonso Henriques a noção de batalha. A “não materialidade” do escudo influencia as consequentes apropriações, as quais não escapam de um universo das interpretações tangíveis possíveis<sup>30</sup>. Assim, nele figura sempre um ideal maior, recebendo mais uma característica que outros objetos, materiais brutos, não poderiam receber. Um sarcófago, por exemplo, permanece com um mesmo objetivo primário. Sua carga de conceito e significado não consegue se descolar e desenvolver uma presença de tamanha variedade no imaginário coletivo das sociedades ao longo do tempo.

A dinastia de Avis, como já descrito anteriormente, empreendeu uma efetiva apropriação do escudo e da imagem do monarca, servindo a um objetivo claro: marcar a legitimação régia dessa dinastia. O exemplo do cadeiral manuelino é exatamente a expressão dessa realidade e de forma material, validando o discurso para todos, por sua fácil compreensão proporcionada pelo caráter visual.<sup>31</sup> Já o exemplo do planisfério, atrelando a imagem do domínio português ao ideal de expansão desenvolvido pelas conquistas das terras de além mar, mas que ainda tem uma identidade comum.

Outro exemplo é a imagem abaixo, uma inicial “D” decorada, que se encontra em uma carta régia de D. Manuel e se insere no contexto de continuidade, de construção de um sentimento de pertencimento e do discurso voltado para a legitimação. O destaque vai para a exata reprodução dos escudetes azuis em forma de cruz e preenchidos pelas quinas (dinheiros) que descreve a fonte e é reproduzida tanto no cadeiral de mesmo período, quanto na figura do planisfério. O escudo de D. Afonso Henriques segue no centro da inicial e apresenta a mesma coroa acima de si. Há, aqui, uma diferença: os sete castelos de ouro, que são anexados posteriormente (mais precisamente em 1249) ao semblante português.<sup>32</sup> Eles são uma

---

<sup>30</sup> ROSA, Maria de Lurdes. Em conferência dada no PPGHis – UnB no ano de 2014.

<sup>31</sup> ECO, Umberto. Arte e beleza na estética medieval. Globo. 1987. Pag. 139-140.

<sup>32</sup> De acordo com a tradição de Heráldica portuguesa, foram indexados a partir da conquista do reino dos Algarves em 1249 por D. Afonso III. Ele precisava trazer suas próprias marcas, e escolhe a partir de sua origem



referência ao reino do Algarves. O Título que segue logo abaixo do nome do rei menciona já os novos reinos e conquistas “Dom manuel per graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daaquem i dialem mar em africa Snnor de guinee [...]”



No que tange a chegada da marca ao Brasil ela apresenta algumas apropriações, e de forma mais tradicionalista, efetivas associações. Mais uma vez se mostra presente a noção de público alvo, anteriormente mencionada. No território nacional o escudo é entalhado no marco de torres, como demonstração de propriedade e posteriormente anexado ao cotidiano e realidade dos portugueses na América – ao longo do tempo.

Há casos de nobres portugueses que quando chegaram às colônias do império precisaram afirmar sua autoridade em relação a outras pessoas. Representantes régios, nobres de outros reinos e famílias não nobres, mas ainda assim abastadas, vão se valer de seus

---

materna, armas semelhantes às do reino de Castela. Aqui segue mais um elemento de incerteza, sobre a adaptação de um símbolo castellano e o dos algarves.

próprios símbolos heráldicos para mostrar a sua “verdadeira ascendência” portuguesa e importância com a coroa. Contrariamente a tal generalização, surge, como o exemplo mais singular da variedade no uso da marca de Afonso Henriques a figura do indígena que se encontra dentro do Planisfério português da Biblioteca Nacional da Áustria. Contudo, ela faz novamente referência ao conceito de identificação com o rei, ou no caso, o reino de Portugal.

Não apenas isso, mas os escudetes de Afonso Henriques figuram nas primeiras bandeiras do Brasil, surgindo desde antes dessa nomenclatura para a terra e permanecendo até a bandeira de “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” aqui mostrada.



Como é perceptível, há uma repetição dos escudetes de D. Afonso Henriques. E da mesma forma os castelos dourados, referentes aos domínios anteriormente adquiridos. No entanto, há mais um elemento acrescentado posteriormente, a “*armidala*” dourada, mostrando que Portugal é agora um império ao redor do globo. Unido pela porta de comunicação que é o mar, e reproduzindo uma mesma noção de identidade. Governado por um mesmo senhor, rei de Portugal, Brasil e dos Algarves.

A figura soberana surge tanto como a liga unificadora das identidades locais, quanto como argumento de controle e pertencimento dos reinos adjacentes. Característica imagética que serve de contraposição ao escudo representado na figura do Planisfério. O escudo portado pelo indígena brasileiro não apresenta qualquer um dos elementos adicionados nos períodos posteriores, seja na matéria de reconquista, da colocação dos Algarves, na ascensão do império, nas colônias da África. Dessa forma, não possui uma coroa sobre si; não estão dispostos, ao seu redor, os castelos dourados sob fundo vermelho; e não há em seu fundo uma *armidala*. Ele possui exclusivamente o fundo branco e uma borda vermelha, tracejada por uma linha dourada e um formato diferenciado das outras representações. Em geral, o escudo

do reino apresenta um formato menos arredondado de sua armação externa, possuindo um lado reto e outro pontiagudo.

É fato que essa representação específica tem, no espaço geográfico brasileiro, um limite histórico para a sua continuidade. Com o advento da independência, o símbolo de maior representação da identidade portuguesa deve ser substituído. Retirar do imaginário brasileiro o semblante de Afonso Henriques e substituí-lo por um novo, que remetesse ao contexto era um dos pontos chave para a questão. De forma tal que ocorreu uma quebra na estética dos símbolos, não podendo possuir um formato parecido, e uma divergência na perspectiva das cores. Mesmo sendo cores da casa de Bragança, não há a representação dos escudetes portugueses que estão localizados no brasão da família. Bragança é de fato o único brasão localizado na seção de letra “B” do livro do Armorial Lusitano que possui os escudetes do reino<sup>33</sup>.

Há ainda exemplos posteriores, anteriormente mencionados que demonstram uma perceptível variedade de representações, mas que conseguem manter uma característica em comum. Os cinco escudetes ao centro, em forma de cruz. Optou-se por trabalhar de forma interpretativa um exemplo da apropriação mais contemporânea do escudo (ou dos escudetes) de Afonso Henriques. No caso a moeda em Portugal antes do euro, o escudo, que possui um histórico mais antigo, tendo sua cunhagem remontada desde meados do século XIX.

Nos dois dos exemplos escolhidos, entre os vários formatos e modelos de escudos, há uma representação do escudo do reino semelhante ao que se encontra descrito na P.M.H. e representado mais comumente pelos portugueses. Há em todos os exemplos das moedas, os escudetes de Afonso Henriques, mas aqui serão mostradas apenas duas delas, a título de demonstração desse conceito de permanente vigência de tais símbolos, mas que mantém o ideal primordial, a memória da batalha que faz de um infante o primeiro rei.

A primeira moeda a seguir, de 1 (um) escudo, foi cunhada no contexto de celebração do dia 5 de outubro 1910, data conhecida por ser a implantação da república em Portugal. E possui em um de seus lados o escudo do reino. Ao seu redor estão ramos de louro, colocados como alusão aos dos imperadores romanos. E ao seu fundo estão tanto a *armidala* dourada,

---

<sup>33</sup> O Armorial Lusitano é uma coleção organizada e catalogada, em ordem alfabética, dos brasões e escudos de armas das famílias nobres de todo o império português. Em sua organização total não há referências temporais específicas para a localização de cada brasão e década família. Apenas uma referência aos escudetes do reino, em uma citação breve “que pertencem as famílias mais antigas e distintas de Portugal”. O ícone especificado se encontra na seção de letra B. Edição de 1961.

quanto o machado envolto por vigas, símbolo do poder da união durante o império romano, e que foi posteriormente resignificado pelos facistas italianos.



A segunda moeda de 20 escudos, de 1966, também apresenta em uma de suas faces o escudo do reino de Portugal. Em seu centro se encontram mais uma vez os cinco escudetes em forma de cruz, associados a Afonso Henriques.

Na moeda percebe-se que o escudo não vem mais acompanhado por uma cora (seja de joias ou de louros) nem por objetos que representem a união, mas sim por uma flor de Liz acima do escudo. Ela também remete à identificação de nação por meio do símbolo monárquico, mas sua ideia não chega a propagar a noção coletiva de pertencimento, como são a *armídala* e o machado. No fundo há uma representação tracejada em diversas direções que permite o entendimento de conexões e relações sendo formadas a partir do ideal de identificação português.



O aspecto de compreensão mais profunda dos símbolos presentes nas variadas representações do escudo permite-nos fazer, mais uma vez, o descolamento teórico da simples descrição elaborada pela arte ou ciência da heráldica. A noção interpretativa das características expressas no semblante representado nos objetos acima (pergaminhos, tecidos, metais, madeiras), nos auxilia a estabelecer um ideal de consentimento com o tipo de representação. O entendimento que é gerado a partir dessa ideia de possibilidade de ação e representação, para os artífices por trás de tais obras, é essencial para a ideia do escudo enquanto remanescência, não só de uma, mas de várias épocas.

## **Considerações finais.**

Assim, a proposta foi mostrar que por mais que existam interpretações diferentes sobre uma mesma fonte imagética, elas podem não ser de todo excludentes. Embora tenham enfoques separados, uma apenas narra, a outra vê algo por trás de todo o contexto da batalha, ambas remetem-se a elementos comuns. A importância da reconquista para a consolidação do Reino de Portugal; a força que a figura de Afonso Henriques possui entre os seus cavaleiros e, mais tarde, em relação ao restante da Península Ibérica; a fé que ele possui frente ao perigo. Nesse sentido, muitas outras características tanto do Monarca quanto do contexto em que ele se insere podem ser captadas pela análise dessas interpretações e, ao serem retraduzidas e reinterpretadas, pode-se desenvolver uma nova, mais trabalhada e permissiva, que não somente narra e tampouco avalia apenas o contexto geral no qual determinado evento acontece, mas faz transmissão de ambas e aborda, se é que é possível dizer, de maneira mais completa, as características que se apresentam.

Sendo o escudo de Afonso Henriques uma das muitas portas para questionamentos e busca por entendimentos da sociedade habitante do medievo português, é preciso fazer e valer-se do máximo de questionamentos e entendimentos, para a sua leitura. As duas fontes, tanto a iconográfica (mesmo que não tenha de fato restado) quanto àquela que se encontra descrita em crônica terminam por ser justamente uma via de mão e contramão e traduzem até os tempos atuais as ideologias, as necessidades e as respostas encontradas daquela determinada realidade, mesmo que não em sua totalidade. Também podem ser analisadas independentemente, pedindo um olhar mais profundo.

Elas, acima de tudo, mostram como é constituído um representativo discurso de consolidação inerente ao poder seja pela forma literária, especificamente para as fontes que se encontram presentes em formato de crônicas, seja expressão imagética, fortemente marcada pela tradição de passagem dos símbolos que está inserida tanto na heráldica, quanto na representação de brasões e selos, em outras formas, resina, desenhos, pinturas.

Há um aspecto de definitivo para todas essas formas de representação quando são escolhidas, gravadas e mantidas por seus respectivos criadores, mesmo havendo certa controvérsia acerca dessa escolha das marcas para D. Afonso Henriques, se ela marcaria posteriormente a época uma vitalidade de nacionalismo narrando ativamente a Batalha de Ourique, em específico os cinco reis mouros associados aos cinco escudetes, ou seria única e



exclusivamente atribuídas a ele graças ao acontecimento antes da batalha sua *Visão* e seu sentimento de vitória.

É a partir desse contexto que pode-se desenvolver a ideia do artefato enquanto patrimônio imaterial, mas que figura uma série extremamente diversa de peças e objetos materiais. Reprodução em massa de um ideal expresso pela imagem, é o ponto chave para entender o escudo de Afonso Henriques enquanto lógica discursiva. A legitimação monárquica no caso português exigiu uma estética que foi expressa pelo escudo. Por escolha dos fabricantes, o artefato produzido narra os acontecimentos do campo de Ourique e ao mesmo tempo conta a história da visão.

Essa é uma característica única na imagem aqui trabalhada. Contrariamente aos muitos brasões e escudos de armas que apenas marcam as famílias e descrevem suas funções, a escolha de elementos na respectiva arma portuguesa permitiu que houvesse valorização do aspecto guerreiro em prol de legitimar a sua monarquia, mas com o uso dos dois discursos. Guerreiro e sacro. E a narrativa, expressa pela linguagem visual do escudo, permitiu a reprodução desse ideal para aqueles que seriam futuros reis de Portugal. Então passou a ser reapropriada, reutilizada e reproduzida com o passar dos contextos históricos.

A imagem é não apenas fonte de inspiração para o discurso legitimador das casas dinásticas posteriores ao período de independência, mas serve como modelo essencial para os monarcas portugueses em si. Associar-se ao primeiro rei é mais do que reproduzir sua imagem, é seguir os seus passos, manter a ideia da conquista. Seja ela caracterizada pela vitória contra mouros; pela descoberta e domínio de novos territórios seja por meio da boa administração do império que se forma a partir do Reino Unido português.

Insere-se o ideal da longa duração para o escudo enquanto artefato. O que permite ao mesmo tempo o entendimento do imaginário português acerca de seu primeiro monarca, e até que ponto existe a força da influência de tal imagem para a história de Portugal. Fato percebido e resignificado, ultrapassando inclusive o contexto medieval e moderno, mas sem ter perdido seu ideal primeiro, fazer menção àquele infante que se tornou o primeiro rei, realizou a independência do condado portugalense e teve, com o auxílio divino, a vitória numa batalha considerada impossível.

## REFERÊNCIAS:

### **Fontes Primárias:**

Portugalia Monumenta Histórica. Tomo 1. Livro 1. Volume I Página 27. *Crônicas breves e memórias avulsas do mosteiro de santa cruz de Coimbra.*

Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica. Editorial Enciclopédia. Lisboa 1961.

CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Canto III. Estâncias 42-53. Século XVI. Disponível em: <<http://tabacaria.com.pt/lusiadas/ourique.htm>>. Último acesso: 29 de maio de 2014.



## **Bibliografia:**

ALMEAL, João. *Historia de Portugal*. Nova Edição. 1949. Livraria Tavares Martins – Porto.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. 1993. Ed.: Companhia das Letras.

BRAGA, Maria Manuela. *A marginalia satírica nos cadeirais do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e sé do Funchal*. Disponível em: <

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-marginalia.htm> >.

Último acesso: 22 de maio de 2014

CHAGAS, M. Pinheiro. *História de Portugal*. Volume I. 1954

ECO, Umberto. *Arte e Beleza na Estética Medieval*. Ed.: Globo. 2ª edição. SP. 1987

ECO, Umberto (org.). *História da Beleza*. 2012. Ed.: Record. 2ª Edição. SP 2012

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1999.

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. 1954.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. 2002. In: *memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Ed. DP&A.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. In: Horizontes antropológicos. Porto Alegre. Ano 11, n. 23. Pag. 15-36. 2005.

HOUAISS, Antônio. *Novo Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*. Ed.: Objetiva. 2013.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT. Jean-Claude. *Dicionário temático medieval*. Ed.: EDUSC. 2006. Bauru. SP.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 1972.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Livros: 1 – 2. 1998.

MENEZES, Angela Dutra de. Artigo. *D. AFONSO HENRIQUES Pai da pátria portuguesa. 1109 – 1185*. Disponível em:<[http://www.vidaslusofonas.pt/d.afonso\\_henriques.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/d.afonso_henriques.htm)>.

Último acesso em: 29 de agosto de 2013

PANOFSKY, Erwin. *Iconologia e Iconografia: uma introdução ao estudo da arte da renascença*. IN: *Significado nas Artes Visuais*. Ed.: Perspectiva S.A. 3ª Edição. São Paulo. 1991.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *A batalha de Ourique: entre o acontecimento e o mito*. IN: ALMEIDA, Néri de Barros. SILVA, Marcelo Cândido da.(org.). *Poder e Construção Social na Idade Média*. Editora UFG.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *A vida na Idade Média*. 1997. Ed.: UnB. Bsb.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *A monarquia em Portugal e no Brasil – uma longa Idade Média*. IN. MACEDO, José Rivair. *A Idade Média Portuguesa e o Brasil*. Ed.: Vidrágua. 2011. Porto Alegre.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. *Rainhas Medievais de Portugal: funções, patrimônios e poderes*. IN: *Revista Clio*. Lisboa. Pp 139-153. 2008.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Ed. UnB.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Estado, pátria e Nação (1080 – 1415)*. 1979. Lisboa.

### Declaração de autenticidade.

Eu, Matheus Silveira Furtado, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *A heráldica do poder – símbolos e significados no escudo de D. Afonso Henriques* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes, positioned above a horizontal line.

Brasília, 24 de junho de 2014.